

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	15
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.582.043
Preferenciais	0
Total	48.582.043
Em Tesouraria	
Ordinárias	881
Preferenciais	0
Total	881

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	13.162	12.986
1.01	Ativo Circulante	5.282	5.200
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.682	3.631
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.135	1.107
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.135	1.107
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.135	1.107
1.01.06	Tributos a Recuperar	408	402
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	408	402
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	408	402
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	57	60
1.01.08.03	Outros	57	60
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	55	55
1.01.08.03.02	Outros	2	5
1.02	Ativo Não Circulante	7.880	7.786
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36	35
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	36	35
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	36	35
1.02.02	Investimentos	7.844	7.751
1.02.02.01	Participações Societárias	7.844	7.751
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.844	7.751

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	13.162	12.986
2.01	Passivo Circulante	18	3
2.01.02	Fornecedores	2	2
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2	2
2.01.03	Obrigações Fiscais	16	1
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16	1
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	16	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	0	1
2.03	Patrimônio Líquido	13.144	12.983
2.03.01	Capital Social Realizado	18.985	18.985
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.822	-5.983
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-19	-19

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	61	51
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32	-32
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	93	83
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	61	51
3.06	Resultado Financeiro	114	109
3.06.01	Receitas Financeiras	126	126
3.06.02	Despesas Financeiras	-12	-17
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	175	160
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14	-13
3.08.01	Corrente	-14	-13
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	161	147
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	161	147

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	161	147
4.03	Resultado Abrangente do Período	161	147

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	79	64
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	68	64
6.01.01.01	Lucro/ Prejuízo Líquido do Exercício	161	147
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-93	-83
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11	0
6.01.02.01	Tributos	8	3
6.01.02.03	Outras Contas Ativas e Passivas	3	-27
6.01.02.04	Fornecedor	0	24
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28	-26
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	-28	-26
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	51	38
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.631	3.410
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.682	3.448

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161	0	161
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161	0	161
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.822	-19	13.144

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	18.985	0	0	-6.629	0	12.356
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-6.629	0	12.356
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	227	-19	208
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	227	0	227
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-19	-19
5.05.02.07	Perda na aquisição de investimento Serramby (reflexa)	0	0	0	0	-19	-19
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26	-22
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26	-22
7.03	Valor Adicionado Bruto	-26	-22
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-26	-22
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	219	209
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	93	83
7.06.02	Receitas Financeiras	126	126
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	193	187
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	193	187
7.08.01	Pessoal	5	7
7.08.01.01	Remuneração Direta	5	7
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15	16
7.08.02.01	Federais	15	16
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12	17
7.08.03.03	Outras	12	17
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	161	147
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	161	147

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	42.842	42.094
1.01	Ativo Circulante	42.547	41.800
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.557	29.076
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.135	1.107
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.135	1.107
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.135	1.107
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.825	11.607
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.825	11.607
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	11.825	11.607
1.01.07	Despesas Antecipadas	26	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4	10
1.01.08.03	Outros	4	10
1.01.08.03.02	Outros	4	10
1.02	Ativo Não Circulante	295	294
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	294	293
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	258	258
1.02.01.07.01	Depósitos Judiciais	258	258
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	36	35
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	36	35
1.02.03	Imobilizado	1	1

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	42.842	42.094
2.01	Passivo Circulante	717	580
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8	4
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8	4
2.01.02	Fornecedores	90	113
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	90	113
2.01.03	Obrigações Fiscais	251	95
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	251	95
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	247	90
2.01.03.01.02	Outro Tributos a Pagar	4	5
2.01.05	Outras Obrigações	368	368
2.01.05.02	Outros	368	368
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	368	368
2.02	Passivo Não Circulante	303	298
2.02.02	Outras Obrigações	303	298
2.02.02.02	Outros	303	298
2.02.02.02.03	Imposto de Renda a Pagar	303	298
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	41.822	41.216
2.03.01	Capital Social Realizado	18.985	18.985
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.822	-5.983
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-19	-19
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	28.678	28.233

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-175	-357
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-175	-369
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	12
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-175	-357
3.06	Resultado Financeiro	951	962
3.06.01	Receitas Financeiras	989	1.071
3.06.02	Despesas Financeiras	-38	-109
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	776	605
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-171	-129
3.08.01	Corrente	-171	-129
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	605	476
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	605	476
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	161	147
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	444	329

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	605	476
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	605	476
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	161	147
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	444	329

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	509	439
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	605	484
6.01.01.01	Lucro do Período	161	147
6.01.01.02	Juros sobre Tributos	0	8
6.01.01.03	Participação de Acionistas não controladores	444	329
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-96	-45
6.01.02.01	Tributos	-58	-105
6.01.02.02	Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	-27	24
6.01.02.03	Outras Contas Ativas e Passivas	12	-21
6.01.02.04	Fornecedores	-23	54
6.01.02.05	Outros Ativos	0	3
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28	-579
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	-28	-579
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	481	-140
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	29.076	9.748
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.557	9.608

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983	28.232	41.215
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983	28.232	41.215
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161	0	161	444	605
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161	0	161	444	605
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.822	-19	13.144	28.676	41.820

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-6.629	0	12.356	48.260	60.616
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-6.629	0	12.356	48.260	60.616
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	227	-19	208	-20.012	-19.804
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	227	0	227	1.512	1.739
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-19	-19	-21.524	-21.543
5.05.02.06	Participação de acionistas não controladores sobre variações do patrimônio líquido	0	0	0	0	0	0	-21.501	-21.501
5.05.02.07	Perda na aquisição de investimento Serranby (reflexa)	0	0	0	0	-19	-19	-23	-42
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564	28.248	40.812

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-140	-318
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-140	-326
7.02.04	Outros	0	8
7.03	Valor Adicionado Bruto	-140	-318
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-140	-318
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	985	1.076
7.06.02	Receitas Financeiras	985	1.071
7.06.03	Outros	0	5
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	845	758
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	845	758
7.08.01	Pessoal	30	31
7.08.01.01	Remuneração Direta	30	31
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	178	142
7.08.02.01	Federais	178	142
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	32	109
7.08.03.03	Outras	32	109
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	605	476
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	161	147
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	444	329

Comentário do Desempenho

A Sul 116 Participações S.A. (“Companhia”) apresentou lucro no trimestre de R\$162 (lucro de R\$147 em igual trimestre do exercício anterior) representado basicamente pelo resultado positivo

de equivalência patrimonial em suas controladas e pelas receitas financeiras provenientes de rendimento de aplicação financeira e parcialmente compensadas pelas despesas com a manutenção da própria Companhia.

A Companhia integra os blocos de controle de Zain Participações S.A. (“Zain”), Futuretel S.A. (“Futuretel”) e Invitel Legacy S.A. (“Invitel Legacy”). Por meio de sua participação em Futuretel, a Companhia detém participação indireta no capital social de Newtel Participações S.A. (“Newtel”) e de Subtel Participações S.A. (“Subtel”), e, por conta de sua participação na Zain, a Companhia detém participação indireta no capital social de Serranby Participações S.A. (“Serranby”) e PW231 Participações S.A. (“PW231”).

A Companhia e suas controladas não desenvolvem diretamente e não detêm investimentos operacionais.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Sul 116 Participações S.A. (“Companhia”) tem por objeto social: financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) Invitel Legacy S.A. (“Invitel Legacy”); (ii) Futuretel S.A. (“Futuretel”); e (iii) Zain Participações S.A. (“Zain”).

A Companhia integra os blocos de controle de Zain, Futuretel e Invitel Legacy. Por meio de sua participação em Futuretel, a Companhia detém participação indireta no capital social de Newtel Participações S.A. (“Newtel”) e de Subtel Participações S.A. (“Subtel”), e, por conta de sua participação na Zain, a Companhia detém participação indireta no capital social de Serranby Participações S.A. (“Serranby”) e PW231 Participações S.A. (“PW231”).

A Invitel Legacy tem como objeto social: i) a gestão dos direitos e obrigações assumidos por Zain, Invitel S.A. (“Invitel”) e Techold Participações S.A. (antiga denominação de Argolis Holdings S.A.) (“Argolis Holdings”) em virtude dos seguintes contratos: (a) Contrato de Compra e Venda de Ações (“Share Purchase Agreement”); (b) Acordo de Exoneração Mútua (“Mutual Release Agreement”); (c) Acordo Epistolar (“Letter Agreement”); (d) Contrato de Investimento (“Holding Company Investment Agreement”), e (e) outros instrumentos e acordos firmados entre Zain, Argolis Holdings, Invitel e outros e relacionados a, ou celebrados com a Telecom Italia International N.V., Brasilco S.r.l. e outros, em cumprimento às obrigações estipuladas no Share Purchase Agreement, Mutual Release Agreement e Letter Agreement; e (ii) a participação em outras sociedades e fundos de investimento, nacionais ou internacionais, constituídos sob qualquer forma. Atualmente, não há direitos ou obrigações de conhecimento da Invitel Legacy que requeiram registro nas informações trimestrais em decorrência da gestão dos contratos mencionados. A Invitel Legacy exercerá a gestão dos referidos direitos e obrigações por prazo indeterminado.

A geração de caixa da Companhia e das controladas diretas e indiretas é basicamente restrita às receitas financeiras auferidas de suas aplicações.

Os Diretores da Companhia aprovaram estas Informações Trimestrais - ITR em 9 de maio de 2012. Foram considerados os eventos subsequentes ocorridos até tal data que pudessem ter efeito sobre estas Informações Trimestrais - ITR.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. Declaração de conformidade**

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e pronunciamentos contábeis emitidos Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

2.2. Base de elaboração

As Informações Trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em trocas de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As Informações Trimestrais são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Base de consolidação e investimentos da controladora

As Informações Trimestrais financeiras consolidadas incluem as informações intermediárias da Companhia e de suas controladas diretas, Futuretel Participações S.A, Zain Participações S.A e Invitel Legacy Participações S.A, em cujos capitais sociais a Companhia detém participação de 46,38%, 45,85% e 34,33%, respectivamente, e de suas controladas indiretas, Newtel Participações S.A, Subtel Participações S.A, Serranby Participações S.A e PW231 Participações S.A, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e sua controlada direta: (i) participações no capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados e investimentos; (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos; e (iii) efeitos de transações relevantes.

2.5. Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações financeiras. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****a) Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4.

c) Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4.

d) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

f) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

g) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

h) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

i) Demonstração Intermediária do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e sua apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****j) Provisão e passivo contingente**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	84	122	474	520
Aplicações financeiras	3.598	3.509	29.083	28.556
Total	3.682	3.631	29.557	29.076

As aplicações financeiras da Companhia estão representadas por 2.359,42322 cotas do Fundo Corp Plus DI do Banco Itaú.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

5. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Banco Itaú	1.135	1.107	1.135	1.107
	<u>1.135</u>	<u>1.107</u>	<u>1.135</u>	<u>1.107</u>

Em decorrência do Contrato de Prestação de Fiança firmado entre a Companhia e o Itaú BBA (vide nota explicativa nº 1), em 12 de maio de 2008, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Títulos e Direitos Creditórios com o Itaú BBA no valor de R\$ 755, com prazo indeterminado. De acordo com o referido instrumento, a Companhia cedeu fiduciariamente 61.734 debêntures emitidas pela BFB Leasing S.A. de sua propriedade, no valor unitário de R\$ 0,12. As debêntures são atualizadas a 100% da variação do CDI.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Saldo negativo de IRPJ de exercícios anteriores	431	381	11.724	11.503
Outros	13	56	137	139
Total	<u>444</u>	<u>437</u>	<u>11.861</u>	<u>11.642</u>
Circulante	408	402	11.825	11.607
Não circulante	36	35	36	35

O saldo de tributos a recuperar registrado no balanço patrimonial da Companhia (indicado na tabela acima) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, em função da consolidação dos montantes registrados por Zain e Futuretel nessa rubrica.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

O referido saldo pode ser: (i) compensado com obrigações fiscais futuras (no caso de uma companhia holding, usualmente decorrentes de receitas provenientes da atualização monetária sobre saldo negativo de imposto de renda sobre aplicação financeira e do recebimento de juros sobre capital próprio); ou (ii) objeto de pedido de restituição após homologação da Receita Federal do Brasil. A Companhia planeja efetuar pedidos de restituição em data próxima ao encerramento do prazo decadencial de 5 anos, conforme dispõe o art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional. Até a presente data, a Companhia não realizou pedido de restituição, considerando que nenhum dos créditos que compõem o referido saldo está próximo do término do prazo decadencial.

Dessa forma, considerando que o saldo registrado em seu balanço patrimonial é passível de recuperação na forma descrita acima; e (ii) o prazo de duração da Companhia se encerra somente em 2014, conforme determinado em seu estatuto social, a administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão com relação ao saldo de tributos a recuperar.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Seguem resumidos abaixo os detalhes da participação nas controladas diretas Futuretel, Zain e Invitel Legacy:

	Futuretel	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Participação no capital	46,38%	46,38%
Capital social	10.288	10.288
Patrimônio líquido	10.962	10.816
Lucro do período	146	498
Dividendos a receber	55	55

	Zain	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Participação no capital	45,85%	45,85%
Capital social	20.187	20.187
Patrimônio líquido	5.267	5.207
Prejuízo do período	60	(5)

	Invitel Legacy	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

Participação no capital	34,33%	34,33%
Capital social	2.000	2.000
Patrimônio líquido	1.004	1.010
Prejuízo do período	(6)	(52)

	<u>Futuratel</u>	<u>Invitel Legacy</u>	<u>Zain</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>5.016</u>	<u>347</u>	<u>2.388</u>	<u>7.751</u>
Equivalência patrimonial	68	(2)	27	93
Saldo em 31 de março de 2012	<u>5.084</u>	<u>345</u>	<u>2.415</u>	<u>7.844</u>

8. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda pessoa jurídica	9	-	497	372
Contribuição social sobre o lucro líquido	7	-	52	13
Outros	-	1	5	8
	<u>16</u>	<u>1</u>	<u>554</u>	<u>393</u>
Circulante	16	1	251	95
Não circulante	-	-	303	298

Em 27 de novembro de 2009 a controlada indireta Newtel aderiu ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo um débito de imposto de renda referente ao exercício de 2005 no valor de R\$200, originário de sua antiga controlada, Telpart Participações S.A., incorporada pela Newtel em 2008. Em 31 de março de 2012, o saldo do débito fiscal acrescido de multa e juros era de R\$379.

Conforme previsto no art. 1º, §9º, da Lei nº 11.941/2009, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou uma parcela, estando pagas todas as demais.

Conforme previsto na legislação de regência e nas Portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. O pedido de parcelamento foi formalizado no dia 27 de novembro de 2009.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****9.1. Capital Social**

Em 31 de março de 2012, o capital social integralizado era de R\$18.985, representado por 48.582.043.390 (quarenta e oito bilhões, quinhentos e oitenta e dois milhões, quarenta e três mil e trezentas e noventa) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa, escritural e sem valor nominal, sendo que 881.137 (oitocentas e oitenta e uma mil, cento e trinta e sete) ações estão em tesouraria (sendo o mesmo valor e quantidade de ações em 31/12/2011).

A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear até o limite de R\$3.500.000 (três bilhões e quinhentos mil reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições de emissão e de colocação dos respectivos valores mobiliários.

9.2. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia auferiu lucro tributável no período e, conseqüentemente, valores a recolher a título de imposto de renda e contribuição social, nos montantes de R\$9 e R\$5, (R\$8 e R\$5 em 31/03/11), respectivamente.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 31 de março de 2012 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	175	160	776	605
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(60)	(54)	(264)	(206)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	32	28	-	-
Compensação de prejuízo fiscal	9	8	82	65

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

Outras	5	5	11	12
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(14)	(13)	(171)	(129)
Alíquota Efetiva	8%	8%	22%	21%

A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$679 (R\$703 em 31/12/2011). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

11. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	118	118	756	835
Juros e atualização monetária sobre outros ativos	8	8	233	236
	<u>126</u>	<u>126</u>	<u>989</u>	<u>1.071</u>
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(12)	(17)	(38)	(109)
	<u>(12)</u>	<u>(17)</u>	<u>(38)</u>	<u>(109)</u>
	<u>114</u>	<u>109</u>	<u>951</u>	<u>962</u>

12. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação. O lucro e a quantidade média ponderada em milhares de ações, utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Controladora	
	31/03/2012	31/03/2011
Lucro do exercício atribuído aos acionistas		
Ações ordinárias	161	147
Média ponderada de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ações:	48.582.043	48.582.043

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

	Centavos por ação	
	31/03/2012	31/03/2011
Lucro por ação		
Ações ordinárias	0,000003	0,000003

13. PROVISÃO E PASSIVO CONTINGENTE (CONSOLIDADO)**a) Controlada indireta Newtel**

Em 21 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) lavrou o Auto de Infração MPF nº 0718500/00123/10 (“AI”) contra a Newtel Participações S.A, glosando a compensação de prejuízos fiscais sem a observância da trava de 30% do total dos referidos prejuízos. No âmbito de sua incorporação por Newtel, Telpart utilizou na referida compensação 100% dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido por ela contabilizados. A RFB, entendendo que a trava de 30% para a utilização dos referidos prejuízos e base negativa se aplica inclusive a pessoas jurídicas em extinção, autuou Newtel, na qualidade de sucessora de Telpart. Em 31 de março de 2012, o valor atualizado do auto de infração era de R\$82.873.

Em 19 de janeiro de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido AI, a qual foi julgada inteiramente improcedente pela decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Contra tal decisão foi interposto recurso voluntário em abril de 2011 ao órgão de segunda instância na esfera administrativa, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o qual ainda não proferiu decisão. Caso a decisão desfavorável de primeira instância seja mantida pelo CARF, Newtel poderá recorrer à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), desde que preenchidos os requisitos para tal concernentes à existência de divergência na jurisprudência administrativa, ou litigar na esfera judicial.

Em função da sucessão de Telpart, Newtel é parte, ainda, do Processo Administrativo Fiscal n.º 10768.012103/2002-74, no âmbito do qual são contestadas compensações realizadas por Telpart no valor atualizado, em 31 de março de 2012, de R\$2.502, com base nos saldos negativos de IRPJ dos anos-calendário de 1998, 1999 e 2000, decorrentes da não-utilização dos valores de IRRF incidentes, a título de antecipação, sobre receitas de aplicações financeiras e de juros sobre capital próprio auferidas naqueles períodos.

Em novembro de 2010, a Segunda Turma Ordinária da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) negou provimento ao recurso voluntário interposto por Newtel. Em abril de 2011, Newtel apresentou recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), instância administrativa final, e aguarda julgamento. Caso a decisão desfavorável seja mantida, Newtel deverá fazer o pagamento dos tributos referentes ao montante compensado ou litigar na esfera judicial.

Também em função da incorporação de Telpart, Newtel é, ainda, parte do Processo nº 15374.903937/2010-48. Newtel apresentou à RFB Declarações de Compensação (DCOMPs) nas quais informou a utilização do crédito oriundo de saldo negativo de

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

IRPJ no ano-calendário de 2003 para quitar débitos relativos a tributos federais. A RFB reconheceu apenas parte do crédito pleiteado e não homologou o restante das DCOMPs apresentadas, tendo sido exigidos os respectivos débitos, acrescidos de multa de mora de 20% e juros SELIC. Os débitos discutidos representavam, em 31 de março de 2012, R\$1.438. Foi protocolada manifestação de inconformidade, a qual ainda não foi apreciado pela RFB.

Por fim, Newtel é parte do Processo nº 16682.901020/2011-79, que trata de pedido de Restituição/Declaração de Compensação - PER/DCOMP nº 21084.60803.041006.1.3.02-9360, transmitido via Internet em 04/10/2006 por Newtel, por meio do qual pretende a compensação de débitos de IRRF do mês de setembro de 2006 com crédito decorrente do saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário de 2005 no valor de R\$ 229 em 31 de março de 2012. O processo ainda está pendente de apreciação em primeira instância.

Os advogados de Newtel responsáveis por estas demandas entendem como possíveis as expectativas de perdas e, portanto, não foram constituídas provisões para estes montantes.

b) Controlada direta Zain

Em 31 de maio de 2011, a RFB lavrou o Auto de Infração MPF nº 07.1.9000-2010-00139-0 contra Zain, no valor aproximado de R\$40 milhões, sob a alegação de que as despesas incorridas por Zain com as emissões de notas promissórias, cédulas de crédito bancário e debêntures em 2006 e 2007 e o pagamento dos respectivos juros não seriam dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social devida por Zain. Em 30 de junho de 2011, Zain apresentou impugnação contra o referido auto de infração. Em 31 de março de 2012, o valor atualizado do auto de infração era de R\$41.432.

Com base na opinião dos assessores jurídicos externos de Zain, a administração da Companhia acredita que as chances de perda nesta demanda são possíveis, não tendo sido realizada provisão para perda.

14. GARANTIA

A Companhia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. (“Argolis”) celebrado com a Telemar Participações S.A., em 25 de abril de 2008, é garantidora das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações (“IIFIP”), tendo firmado na mesma data um Contrato de Prestação de Fiança com o Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA”) no valor de R\$755, referente a um processo administrativo em que é parte Lexpart Participações S.A., uma das controladas de Argolis em 25 de abril de 2008. A Companhia deverá manter a referida fiança até (i) o pagamento integral das obrigações afiançadas; (ii) o trânsito em julgado de decisão final na via administrativa, não passível de recurso, integralmente favorável à Lexpart, com relação ao processo administrativo; ou (iii) a data em que a beneficiária entregar a carta de fiança ao Itaú BBA para devolução e cancelamento, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

Até o presente momento, não surgiram eventos que tenham gerado desembolsos por parte da Companhia no âmbito do referido contrato de compra e venda de ações. Igualmente, não houve, até o momento, eventos que obrigassem o Itaú BBA ou a Companhia a realizar desembolsos no contexto da referida fiança.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição dos saldos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

- **Caixas e equivalentes de caixa**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nos valores das quotas dos fundos.

- **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários foram avaliados ao valor de custo acrescidos pela variação do CDI, que se assemelham ao seu valor de mercado.

- **Tributos a recuperar**

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

- **Derivativos**

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no período.

c) Risco de taxa de juros

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

d) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi alterada a sede social da Companhia para a Avenida Rio Branco, nº 311, sala 523 (parte), Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Futuretel, realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovada, a proposta da administração da Futuretel para a destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, da seguinte forma: (i) alocação de R\$25, correspondentes a 5% do lucro líquido, para a reserva legal; (ii) distribuição do dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$118; (iii) distribuição de dividendos complementares, no valor de R\$82;

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

e (iv) alocação do restante do lucro, correspondente a R\$273 à Reserva Estatutária para Futuro Aumento de Capital.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Newtel realizada no dia 30 de abril de 2012, foi aprovada a proposta da diretoria quanto à destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, já constantes nas demonstrações contábeis naquela data, com a distribuição de dividendos aos acionistas da Newtel no montante de R\$1.672, equivalente a 100% do lucro líquido ajustado apurado no exercício.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A. e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme mencionado nas Notas 1 e 14, a Companhia possui como únicos propósitos a participação nas controladas diretas Futuretel S.A., Zain Participações S.A. e Invitel Legacy S.A. e a garantia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. ("Argolis") celebrado com a Telemar Participações S.A., em 25 de abril de 2008, das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações. As controladas diretas e indiretas não possuem atividades operacionais, exceto pelo fato da controlada indireta Newtel Participações S.A. ser garantidora do Contrato de Compra e Venda de Alienação de Ações da Telemig Celular Participações S.A. e Telenorte Celular Participações S.A., e da controlada direta

Invitel Legacy S.A. que realiza a gestão dos direitos e obrigações decorrentes da alienação do controle indireto da Brasil Telecom Participações S.A.. A geração de caixa da Companhia e das controladas diretas e indiretas é basicamente restrita às receitas financeiras auferidas de suas aplicações. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, e não refletem eventuais ajustes nos ativos e passivos no caso de liquidação, principalmente com respeito ao saldo de tributos a recuperar no montante de R\$ 431 mil, controladora, e R\$ 11.724 mil no consolidado (Nota 6), que dependem de lucratividade futura ou de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

Conforme mencionado na Nota 13, em 31 de dezembro de 2011, a controlada direta Zain Participações e a controlada indireta Newtel Participações S.A. possuem contingências fiscais com risco de perda possível nos montantes estimados de R\$ 41.432 mil e R\$ 87.042 mil, respectivamente. A capacidade financeira da Companhia poderá vir a ser afetada, caso o desfecho das referidas contingências seja distinto do risco atual considerado.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores comparativos do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2011, obtidas das Informações Trimestrais – ITR daquele trimestre, e as do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 13 de maio de 2011 e 23 de março de 2012, respectivamente, com ênfases sobre os mesmos assuntos deste relatório.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2012.

CRC Nº SP013002/O-3F-RJ

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC Nº SP106895/O-1S-RJ